

Os primeiros cinco anos

Gustavo H. B. Franco

A cada aniversário da nova moeda repetem-se as análises sobre o "antes" e "depois", sempre mais ricas e dotadas de mais perspectiva. Afinal de contas, o Plano Real, desde o início, não pretendia apenas a estabilização, mas transformar o Brasil através de reformas que construiriam um novo modelo de desenvolvimento das cinzas do antigo. Com cinco anos é mais fácil vislumbrar as mudanças estruturais e seus efeitos do que no primeiro aniversário.

De início, é bom notar que as comparações entre indicadores econômicos (inflação, crescimento, emprego, salários, distribuição da renda, etc) não podem perder de vista o ambiente externo, que podia ser bom ou ruim independente do que se fizesse aqui. Com efeito, enquanto os cinco anos anteriores ao Real foram extraordinários para as economias emergentes, o período 1994-99 foi de extrema instabilidade, trazendo três crises de amplitude planetária (a do México, da Ásia e da Rússia) que certamente fizeram as coisas mais difíceis (um parêntese: seriam infinitamente piores se não tivéssemos o Real).

Mas despeito das crises, e mesmo com a mega-desvalorização, nós conseguimos preservar a estabilidade, graças às enormes mudanças feitas nos últimos anos, que tornaram o Brasil uma economia de mercado numa extensão que todos subestimaram. Isso significa que temos hoje um país onde a economia é governada pelo primado do consumidor e da competição, e que o poder dos oligopólios e condestáveis de antigamente não existe mais. Foi exatamente a força desse novo paradigma econômico que estabeleceu os obstáculos à transformação da desvalorização em inflação. Isso quer dizer que o Plano Real tem sido muito mais bem sucedido do que se supõe em mudar os paradigmas econômicos, especialmente no setor privado, que é hoje infinitamente mais competente e competitivo do que era há cinco anos atrás.

E isso ocorreu nos primeiros cinco anos de vida dessa nova economia, agora fora da influência dessa extraordinária cocaína que era a inflação. O organismo está longe de ter recobrado suas energias, até por que, em boa medida, essas energias têm de ser reinventadas: alguns mecanismos que outrora produziam

crescimento esgotaram suas possibilidades. É preciso inovar, criando novas áreas de dinamismo na economia, nascidas no seio do novo paradigma empresarial e sem compromissos com as velhas maneiras de se fazer as coisas. Durante esses primeiros cinco anos, mais e mais "novas áreas" juntaram-se ao novo modelo. São as empresas privatizadas (e seus fornecedores), que foram violentamente revitalizadas, as empresas que tiveram de reorientar suas estratégias depois da abertura e da estabilização, as empresas estrangeiras que vieram para cá, sozinhas ou acompanhadas, e as empresas (e pessoas) que enxergaram as novas tendências sem preconceitos e saíram inovando sem medo de errar. O Brasil está repleto desses arquipélagos de dinamismo, que parecem surgir de toda parte. É deles, e de outros como eles, surgindo a todo momento, o futuro do país.

O futuro só não chega com mais rapidez porque o governo é lento em fazer a sua parte. O ajuste fiscal está no lugar, mercê do acordo com o FMI, mas prevalece uma sensação de precariedade, diante de tensões e dúvidas em volta de seus principais elementos. A privatização anda num ritmo insatisfatório, no passo de uma legislação defensiva ao extremo, concebida numa época em que se privatizava com sentimento de culpa. Os adversários da privatização andam se assanhando, e com isso retardando o processo e contribuindo para estragar mais ainda as empresas que alegam defender. As necessidades de financiamento do governo ainda são colossais, e não apenas provocam o estrangulamento do crédito disponível para o setor privado como impedem a taxa de juros de cair. Nosso futuro pode ser brilhante, mas é trazido a valor presente de acordo com juros muito elevados, e portanto parece menor do que realmente é. Tudo isso porque, há vários anos, o governo hesita em fazer o seu dever de casa no plano fiscal. Tudo isso porque há resistências em se aceitar que o governo, ao pretender se tornar um agente do desenvolvimento sem ter o dinheiro para isso, termina se tornando um peso para a economia privada.

E no momento em que se inicia o sexto ano da nova moeda, é também útil esconjurar os cavaleiros do atraso, que sempre saem de seus sarcófagos nessas ocasiões para exhibir seus recalques. As análises do IEDI sobre o desenvolvimento brasileiro, na sua profunda e nada desinteressada superficialidade são uma indicação muito concreta que as dificuldades em avançar não estão apenas no Parlamento. Fez bem o Presidente da República de lembrar-lhes

que o Brasil mudou, e se não mudou mais rápido, e mais, foi por causa de gente como eles.